

A. I. N° - 130070.0039/14-1
AUTUADO - L M NEVES SANTOS - EPP
AUTUANTE - ELOAN DA SILVA FERREIRA
ORIGEM - INFAZ ALAGOINHAS
INTERNET - 18.06.2014

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0122-04/14

EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Interposição de fato extintivo da obrigação. Comprovação do pagamento do imposto. Infração insubsistente. 2. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIMENTO A MENOS. 3. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. MATERIAL DE CONSUMO. FALTA DE PAGAMENTO. Lançamentos incontroversos. Infrações caracterizadas e reconhecidas. Aplicação do art. 140 do RPAF/99. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 31/03/2014, exige ICMS no valor de R\$12.220,68, multa e acréscimos moratórios, em decorrência das seguintes ocorrências:

Infração 01 – 02.07.01 - "Deixou de recolher no prazo regulamentar ICMS referente a Prestação de Serviço de Transporte, devidamente escriturada(s) no(s) livro(s) fiscal (is) próprio(s)". Mês de ago/09. Valor histórico R\$1.218,47. Multa proposta de 50%.

Infração 02 – 03.01.01 - "Recolheu a menor ICMS em decorrência de desencontro entre o(s) valor (es) do imposto recolhido e o escriturado no Livro Registro de Apuração". Meses de abr/13, jun/13 a out/13. Valor histórico R\$8.266,50. Multa proposta de 60%.

Infração 03 – 06.02.01 - "Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento". Meses de dez/09, fev/10, out/10, ago/11 e set/11. Valor histórico R\$2.735,71. Multa proposta de 60%.

A autuada interpõe, no prazo normativo, impugnação à fl. 90. Refuta exclusivamente o lançamento relativo à infração 01, em virtude do pagamento efetuado em 09/09/2009, conforme fl. 91. Reconhece o valor de R\$11.002,21, que por dedução corresponde aos valores históricos das infrações 02 e 03 e solicita o parcelamento desse débito.

Às fls. 97 e 99, constam, respectivamente, o Requerimento de Parcelamento de Débito e Autorização de Débito Automático em Conta-Corrente.

O autuante presta informação fiscal, à fl. 100. Afirma que a ação fiscal está suportada em relatórios, demonstrativos, papéis de trabalho e documentos colacionados ao PAF, cujas cópias foram entregues ao sujeito passivo. Menciona o reconhecimento das infrações 02 e 03 pela impugnante, além de acolher e excluir o valor lançado na infração 01. Por fim, espera a procedência da parte não comprovada do procedimento realizado.

Às fls. 102/105, constam extratos do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária - SIGAT do parcelamento de débito tributário n° 489314-0, referente às infrações 02 e 03.

VOTO

Constato que o autuante descreveu os fatos objetos do presente lançamento de ofício, tendo sido apresentados: o demonstrativo de débito anexo à peça inaugural, a base de cálculo utilizada, o imposto devido, as multas propostas nas infrações imputadas, os demonstrativos, documentos

fiscais e cópias do livro Registro de Apuração do ICMS do sujeito passivo. Desincumbiu-se, assim, do seu ônus probatório no que diz respeito aos elementos reveladores da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal.

Quanto ao mérito da infração 01, o impugnante comprova fato extintivo do respectivo lançamento ao juntar aos autos extrato do pagamento do ICMS devido no mês de ago/09. Dessa forma, resta insubsistente a mencionada infração.

Por outro lado, o reconhecimento das infrações 02 e 03 e o parcelamento de débito apresentado configuram as respectivas ocorrências dos ilícitos administrativos descritos no auto de infração. Destarte, pelo disposto no art. 140 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal - RPAF, aprovado pelo Decreto nº 7.629, de 09 de julho de 1999, as mencionadas infrações estão caracterizadas. Logo, são procedentes os lançamentos tributários que totalizam o valor histórico de R\$11.002,21, devendo ser homologado o recolhimento efetivamente realizado.

Portanto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração em tela.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **130070.0039/14-1** lavrado contra **L M NEVES SANTOS - EPP**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$11.002,21**, acrescido da multa de 60%, prevista nos art. 42, inciso II, alíneas "b" e "f" da Lei nº 7.014/96, dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de junho de 2014.

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE

JOWAN DE OLIVEIRA ARAUJO - RELATOR

VALTÉRCIO SERPA JÚNIOR - JULGADOR